

Correção e providências

No Linha Viva passado, ao mostrarmos o uso indevido de dois carros da Celesc pelo administrador de Tubarão, Luiz Carlos Lopes, dissemos que "diretores" usam a empresa para fins particulares, generalizando, quando quem se utilizou do patrimônio da Celesc foi aquele administrador regional. A Intersindical espera que a diretoria da empresa tome as providências. Enquanto isso, em Tubarão, Luiz Lopes proibiu o sindicato do Sul de fazer seu trabalho nas dependências da Celesc e passou a controlar a utilização de telefones.

Vagar Poético

Dia 21 de dezembro (terça-feira), às 20 horas, no espaço cultural Habitasul (em frente à Praça XV, no centro) será lançado o livro **Vagar Poético**, coletânea de poesias de Dinivaldo Gilioli, Flávio Valente, João Carlos Nogueira, João Paulo de Souza, Luiz Cézar Vieira, Nilo Kaway Jr., Rui Ricard e Regina Carvalho. Todos autores são ligados ao movimento sindical. 200 exemplares desta obra serão doados ao Comitê Regional de Florianópolis da Ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome. Compareça.

Compra de carvão

A Procuradoria Geral da República em Santa Catarina está levantando informações sobre as relações comerciais entre Eletrosul e um pool de grandes mineradores para compra de carvão. Os resultados desta investigação estão sendo aguardados com ansiedade.

Audiência Pública

Está marcada para dia 21 de dezembro, em Florianópolis, uma audiência pública para debater a transação de fornecimento de carvão para a usina termelétrica gaúcha Jacuf.

Alterações nos fundos

Ficou pronto o projeto de lei do governo que altera a legislação dos fundos de pensão. Pelo projeto os fundos não terão mais imunidade tributária, passando a pagar todos impostos. De outro lado fica reforçada a determinação de que a patrocinadora deve contribuir no limite 2 por 1 (cada cruzado real de contribuição do empregado deve ser aportado por dois cruzados reais da empresa). As empresas estão proibidas de socorrer financeiramente os fundos e só poderão contribuir com valores de até 7% da folha de pagamento.

Nº 252
17/12/93

LINHA VIVA

Celesc e Besc estão à venda

Se você passar em frente ao Palácio Santa Catarina e encontrar um balaio, tenha certeza que não é um camelô negociando bugigangas vindas do Paraguai. É o governador liquidando as principais estatais de SC. No dia 22 de novembro ele assinou um decreto 4.062 autorizando a venda de ações preferenciais e ordinárias (com direito a voto) da Celesc, do Besc e das Telesc. Quem dá mais? Quem dá menos?

Este decreto fala timidamente da manutenção do controle acionário por parte do estado do Besc e da Celesc. A venda das ações da Celesc, segundo o decreto, passa a ser tarefa da Secretaria da Fazenda (entenda-se Fernando Verdine) e as do Besc e Telesc a Codesc vai negociar. O documento não fala nada sobre valores.

Na avaliação da Intersindical, esta é a demonstração definitiva da intenção do governo de privatizar as estatais mais lucrativas de SC. Não é em vão que na semana passada o atual presidente da Celesc e virtual candidato a governador, Raimundo Colombo, foi à imprensa defender a privatização total do Besc. No mesmo sentido se deu a transferência ilegal de ações da Celesc para o Banco Morgan.

O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, o Sindicato dos Bancários e deputados de oposição estão estudando medidas jurídicas para se opor ao decreto. O principal argumento contra a atitude do governador é o fato dele estar

s o b
suspei
ção em
virtude
da trans
ação que en-



volveu a Celesc e o Banco Morgan.

COPEL - As ações da Copel serão vendidas com o objetivo de criar um fundo para construir a hidrelétrica de Salto Caxias, último manancial a ser explorado no rio Iguaçu. A transação que pretende levantar um bilhão de dólares mereceu protestos da Intersindical Urbanitária do Paraná por o governo "estar fazendo isso em véspera de eleição". O projeto foi aprovado pelos deputados paranaenses.

A iniciativa da venda de ações causou surpresa em diversos setores, pois a Copel é uma das empresas com melhor saúde financeira do país e, possivelmente, teria outros canais para obter recursos para investir na Usina de Caxias.

Debate em Capivari

Neste sábado a Rádio Super Santa estará transmitindo um debate ao vivo sobre "Privatização das Empresas do Setor Elétrico e suas implicações sobre a sociedade e economia". A discussão vai envolver sindicalistas, autoridades e empresários. O programa vai ao ar às 10 da manhã, diretamente do auditório do Clube Siderurgia. No comando estará o jornalista Salmon Flores. O sindicato dos Eletricistas do Sul de SC está apoiando a organização do evento.

Prática esquizofrênica

Na sexta-feira o governador Kleinubing criou uma nova estatal, a SC Gás, empresa de distribuição de gás para as indústrias do Estado. Num primeiro momento ela importará gás propano e o revenderá para as indústrias. Em 1998 começará a distribuir o gás natural que virá por gasoduto da Bolívia. O que é interessante no caso é a criação de uma estatal justamente quando o partido do governador, PFL, através do seu líder Raimundo Colombo, prega a privatização. Quando é para beneficiar o capital privado, a participação do Estado na economia é sempre bem vinda. Além disso, por que criar uma nova empresa se a questão energética no Estado é responsabilidade da Celesc?

Produtores Culturais

Nesta quinta-feira, dia 16 de dezembro, às 18h 30min no auditório do Sinergia acontece encontro de produtores culturais da Celesc e Eletrosul e todos interessados no assunto estão convidados para a apresentação do Cadastro Cultural. Na ocasião serão discutidas as atividades culturais do sindicato em 94.

Oficina de teatro

O Departamento de Cultura do Sinergia promove em janeiro uma oficina de teatro com o ator Valdir Onofre, que atuou em Toda Nudez Será Castigada, Dama do Lotação, Macunaima, Memória do Cárcere, Corpo a Corpo, Irmãos Coragem). O curso custará CR\$ 5 mil, para eletricistas, e CR\$ 10 mil para público em geral. Inscrições até 23 de dezembro. Maiores informações com Ari e Dino, no Sinergia (fone 22-38-66) e Sandra ou Meri, na Celesc (fone 31-68-44/45), ou Soraya, na Eletrosul (31-75-22).

A candidata da Intersindical ao Conselho de Administração da Celesc

Kathya

Empregados não aceitam acordo sobre horas-extras

A proposta da Intersindical foi aprovada pela assembleia de Florianópolis, realizada no dia 9 de dezembro. Esta é a tendência a ser seguida pelas demais assembleias que estavam sendo feitas na quarta-feira (data do fechamento desta edição). Nas assembleias os empregados estão se manifestando pela não aceitação da cláusula de retenção de salários (hora-extras trabalhadas em novembro e dezembro e somente pagas em janeiro e fevereiro). Os empregados aceitaram a forma proposta pela empresa de pagamento do 13º salário (que já está sendo executada) e férias

Decreto da privatização ainda é uma incógnita

Na última sexta-feira os eletricitários foram surpreendidos com mais um balão de ensaio do ministro Fernando Henrique Cardoso. Ele anunciou, com toda cobertura da imprensa, a privatização completa do setor elétrico. Mas até agora ninguém conhece o teor e profundidade do decreto. O Comando Nacional dos Eletricitários acionou seus canais de informação e nada obteve. Na segunda e terça-feira, num encontro do Fórum da Ciência e Cultura, no Rio de Janeiro, presidido pelo professor Luis Pinguelli Rosa, (um foco de resistência à privatização), foram feitas várias tentativas de checar a informação do ministro mas nenhum resultado foi obtido. O relato mais consistente foi do professor David Zylbersztajn da área de energia da USP e consultor do PSDB para o assunto. Segundo ele, Pêrsio Arida, presidente do BNDES, com quem conversou na sexta-feira, desconhecia a abrangência deste decreto.

Editorial

Seremos nós os culpados?

O impeachment e a CPI do Orçamento iniciaram uma viagem sem volta que vai levar o Brasil a uma nova situação regida por um conceito diferenciado de instituição, moralidade e administração pública. Esta afirmativa só não será verdadeira se o povo renunciar ao seu papel fundamental de curador que exige apuração e punições.

A arma mais torpe dos corruptos é o cinismo. O próprio PC Faria se defende com a "tese da hipocrisia", dizendo que os parlamentares não têm moral para julgá-lo, pois que seriam também corruptos da mesma linhagem. Esta arma eles apontam para o povo, tentando fazê-lo crer que ele mesmo é o culpado pelo que acontece, que esse é o resultado do "jeitinho brasileiro", que a malandragem é um elemento cultural...

Com esta arma estão tentando construir um consenso atenuado da gravidade de seus atos, como se fosse possível fazer todos acreditarem que a corrupção é normal, um dado da contemporaneidade, algo inerente às instituições.

O Brasil não é um país corrupto!

Corruptos são estes políticos e empresários que se debatem apavorados, salvando ódio e medo. A "holding da corrupção" é formada pelos personagens de toda a história recente

excedendo a cota máxima de 20% estipulada pela empresa.

Política Salarial - A proposta de política salarial do Comando Nacional dos Eletricitários (CNE) foi discutida quinta-feira passada com a Secretaria do Planejamento, em Brasília. A proposta prevê a aplicação dos índices de reposição para todas faixas salariais e já foi assimilada pela Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia e Ministério do Trabalho, faltando a avaliação do Comitê de Controle das Estatais. Pelas avaliações da Intersindical o fechamento do acordo depende desta cláusula.

Assembleia Eletrobrás - Na segunda-feira, os empregados da Eletrobrás realizaram uma assembleia para discutir a privatização do setor. Por unanimidade eles decidiram enviar correspondência ao presidente Itamar, cobrando que não seja tomada nenhuma atitude em relação ao assunto sem apurar devidamente o envolvimento do ex-presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira, no desvio de verbas da estatal e também o envolvimento do atual presidente, José Luiz Alqueres, com a Odebrecht, cujo nome está na lista da CPI do Orçamento. Também na segunda-feira, o diretor Mauro Campos da Diretoria de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás, reuniu os chefes de departamento da sua área, orientando que o trabalho prioritário, neste momento, é defender o setor da ameaça a que está submetido.

do poder, pelos sustentadores do regime militar, os financiadores de torturas e forças paramilitares jogadas contra os movimentos populares, os espoliadores das estatais. Mas jamais haverá mais joio do que trigo.

Nem tudo está perdido. O episódio da CPI, por exemplo, revela que há no Congresso também um quadro de parlamentares brilhantes, implacáveis, honestos e merecedores da confiança que lhes foi confiada pelo voto. Há, sobretudo, o povo que derrubou o presidente e afirmou a sua vontade de ver transparência e justiça.

O momento é portanto de acreditar e apoiar. Acreditar que uma CPI pra valer pode abrir o caminho para um novo Brasil, ainda que isso agrave o problema de superlotação carcerária. Apoiar com iniciativas concretas, com participação nos atos contra a corrupção. Apoiar sendo vigilante em todos os níveis da vida pública.

É uma questão de cidadania. Ou tomamos, os brasileiros, as rédeas de nossa história, afirmando a democracia como um valor essencial para reconstrução das instituições, ou acabaremos achando que somos nós os culpados. O Samba do Criolo Doido não pode ser verdade.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scornazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 22-5596.

Mafra dá exemplo de espírito público

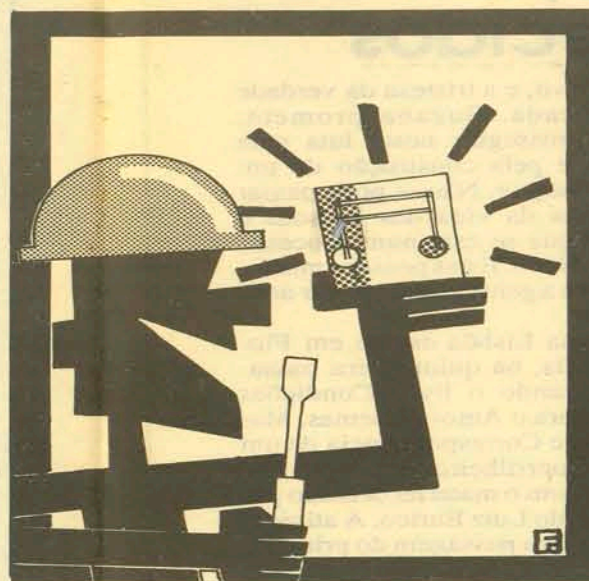
A agência regional da Celesc de Mafra emplacou o ano de 93 de uma forma extremamente positiva. Pensando como empresa pública, o pessoal de lá resolveu encontrar um jeito de aproveitar seus recursos humanos e materiais da melhor maneira possível. O objetivo era aumentar a rentabilidade da agência e acabar com desperdícios.

Depois de alguma observação notaram que, por exemplo, as chaves de iluminação pública defeituosas eram sumariamente transformadas em sucata, às vezes só porque a proteção da chave tinha sido queimada. De outro lado, em dias de chuva, havia funcionários que permaneciam parados sem ter o que fazer. Juntando as duas coisas a agência resolveu recolher as chaves danificadas e tentar recuperá-las, aproveitando o tempo ocioso destes trabalhadores.

O resultado foi surpreendente.

Das chaves que seriam sucateadas foram retirados vários materiais (suportes, bobinas, jumpers, disjuntores, fusíveis, parafusos e contatos). Eles serviram para montar outras chaves estragadas. Com um pouco de polimento, lixação e lubrificação foram recuperados ainda contatos, núcleos e porta fusíveis.

Mas algum material tinha que ser comprado para que o número de objetos recuperados pu-



desse ser expressivo. Apesar de muita conversa com as prefeituras da região nada foi conseguido. Na Administração Central a recepção também não foi animadora. Finalmente, o Diretor Financeiro da Celesc, Antonio Carlos Vieira, se

Vistoria comprova irregularidades nas empreiteiras ligadas à Celesc

A Celesc não consegue controlar as empreiteiras que contrata. Mais uma vez ficou provado que nenhuma das prestadoras de serviços à empresa trabalha de acordo com a lei e nem mesmo com as normas estabelecidas pela própria Celesc. Quem constatou isto, desta vez, foi a CIPA da Agência Florianópolis. Uma vistoria mês passado, em seis empreiteiras, descobriu perigosas irregularidades. E, o temor é grande por que, afora as questões éticas e morais, qualquer acidente envolverá a própria Celesc, que é co-responsável pelos serviços que contrata.

Apesar do alto risco, a ocorrência mais comum constatada é o transporte de trabalhadores em carrocerias de caminhões. Maleta de primeiros socorros parece artigo de luxo: não foi encontrada em nenhuma equipe fiscalizada. E, pior ainda, muitos trabalhadores são despreparados para as delicadas tarefas que executam. Luvas, cones e placas de sinalização, reservatórios de água e conjunto de aterramento temporário de alta tensão fora das normas da Celesc, são outros itens muito desobedecidos.

Os culpados por isto podem ser encontrados em vários lugares. Tardiamente - somente depois da vistoria da CIPA - a gerência regional da Celesc reuniu todas empreiteiras (apenas a Luminar não compareceu) e avisou que fará

cumprir o contrato (o que na verdade é sua obrigação). "As empreiteiras tem rotinas de trabalho obscuras e, por exemplo, quase sempre não comunicam seus acidentes à Celesc", conta João Santana Filho, diretor do Sinergia, que participou da reunião com as empreiteiras. "O que queremos é que os trabalhadores das empreiteiras tenham as mesmas condições de trabalho que nós", explica Santana.

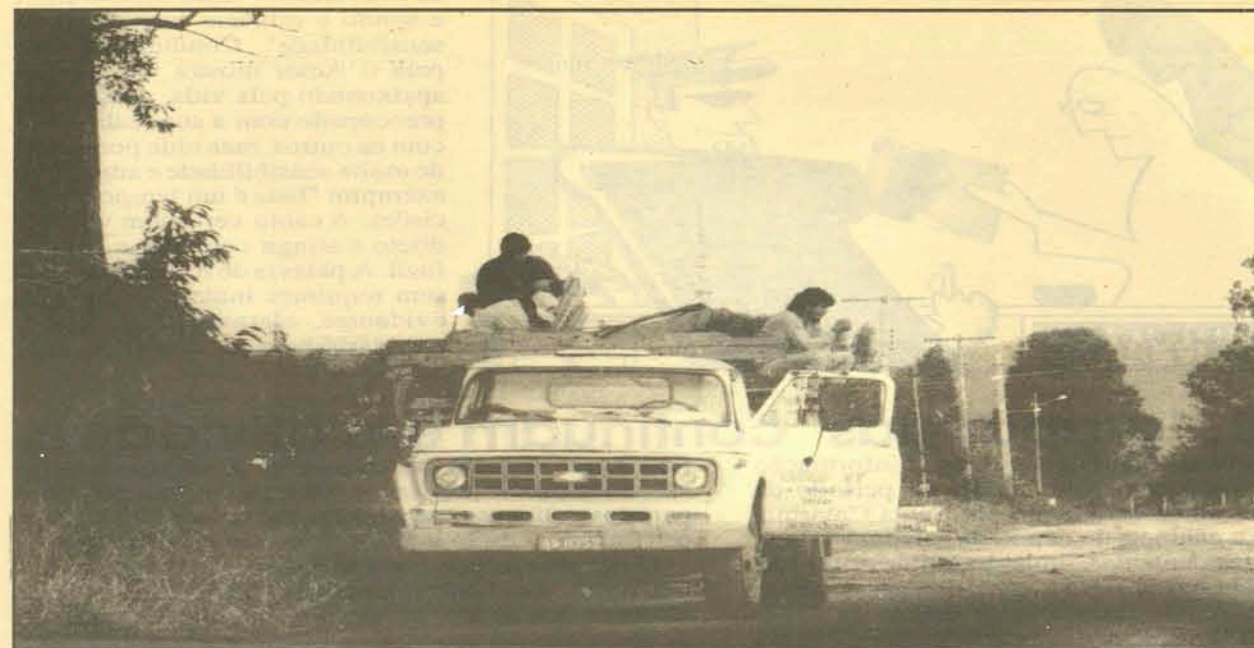
No relatório final, encaminhado à diretoria da empresa, os membros da CIPA que fizeram a inspeção enumeram as irregularidades encontradas. Na Cobase foram seis itens irregulares; na Engecal Etenge na primeira inspeção foram 15 itens irregulares e na segunda mais 25 itens irregulares. Na Luminar encontraram 21 itens irregulares numa primeira inspeção e outros 18 na segunda vistoria. Enbrael: 10 itens irregulares. Caengel: 30 irregularidades na primeira inspeção e 24 na segunda. Santa Rita: 12 irregularidades. Acrescentam ainda um comentário especial: "na Engecal Etenge, durante a inspeção de aproximadamente 20 a 30 minutos, presenciamos o montador batendo violentamente de modo inadequado, que fez com que caísse ao chão cinto, isolador e parafusos, logo após o cabo e caixa preta da linha telefônica partiu e caiu aos pés dos operários".

entusiasmou com o projeto e liberou a verba para as compras necessárias (CR\$ 25.243,10, em valores de setembro/93).

Foi um grande investimento. Em trocas destes CR\$ 25 mil a Celesc ganhou 47 chaves de circuito simples e 23 chaves de circuito duplo. Se fosse comprá-las gastaria CR\$ 410.130,53 (isto também em valores referentes a setembro). Uma rentabilidade invejável.

Mas nesta história o que conta, afora o lucro, é o espírito por trás da iniciativa. Com certeza hoje estes empregados valorizam muito mais seu trabalho e os materiais com que trabalham. E, aumentaram seu respeito à empresa que vive dos recursos de toda comunidade.

Certamente centenas de iniciativas como estas acontecem no ambiente de trabalho da Celesc e Eletrosul. O conjunto dos eletricitários catarinenses produz técnicos gabaritados e pessoas criativas, orientadas para a evolução de sua empresa, como patrimônio público. Esta ação da agência de Mafra ficou conhecida porque foi apresentada no II Seid (Seminário Interno de Distribuição) realizado no final de novembro, em Florianópolis. Mas, sem dúvida, gostaríamos de trocar mais experiências deste tipo. E o Linha Viva é um bom meio à disposição dos eletricitários para tal.



Transporte de empregados é o item menos observado

QUEM RESPONSABILIZAR?

Vários eletricitistas estão trabalhando sozinhos nas redes de distribuição, expostos a riscos de acidentes. Em Lages esta prática está sendo amplamente difundida por intermédio do engenheiro Lúcio da Costa. Quem será responsabilizado se um deles se acidentar ou morrer por falta de primeiros socorros? Ou se dirá mais uma vez que tais acidentes foram fruto de "atos inseguros"?

Quem irá se responsabilizar pelo não cumprimento do artigo 180 da CLT (que diz que "somente profissionais qualificados poderão instalar, operar ou reparar instalações elétricas") por parte das empreiteiras que prestam serviços à Celesc com pessoal sem treinamento?

A DVSM até o momento, pouco fez para garantir a lei e a segurança dos empregados que trabalham para a Celesc.

TRIBUNA LIVRE

STF surpreende o Brasil

João Paulo de Souza
Diretor do Sinergia

É lamentável que o Brasil, iniciando uma nova etapa democrática, onde os corruptos são identificados e que em breve deverão ser punidos, ver pairar sobre o cenário nacional a tristeza e a descrença no comportamento do STF (Supremo Tribunal Federal) em não julgar um ex-presidente reconhecidamente corrupto.

Não foi o ex-presidente que foi julgado e, sim, o STF, que demonstrou para a nação brasileira a sua fragilidade, ao contrapor-se a uma expectativa nacional, que era a de que todos - começando pelo maior (Collor), todos os envolvidos no escândalo do Governo Collor fossem punidos.

Pode-se dizer que a luz desse lamentável fato, o STF é arcaico e fraco e que para alguns evidência a podridão que existe, não só do Executivo e Legislativo, mas também no Judiciário. A ação do Supremo em desconhecer o julgamento do Senado, cujo resultado foi de 73 a 3, presidido pelo próprio presidente do STF, aliado ainda ao fato de que a decisão agora cabe a juízes do STF é realmente algo inusitado, desconcertante e prejudicial à vontade popular e que cria uma grande inquietude no sofrido povo brasileiro.

No momento em que buscamos acabar com a corrupção, expulsando da vida pública os usurpadores da vontade coletiva, o Supremo tenta restaurar pela fria leitura da lei, algo que ética e moralmente foi condenado por praticamente a unanimidade da população nacional.

É preocupante também perceber que juízes da Suprema Corte prendem-se ao ato de farsa, casuístico ocorrido minutos antes do julgamento de Collor no Senado, que foi a sua renúncia. O Supremo desconheceu a federação brasileira, pois no Senado estão representados, como sabemos, os Estados. O Supremo desconheceu a Câmara dos Deputados onde está representado o povo brasileiro. Aliás, o Supremo desconheceu muitos fatos que deveriam ser apurados, como a Operação Uruguai, o fantástico caso PC Farias e a malversação das verbas públicas, onde ladrões proliferaram abundantemente, sob os complacentes olhos do então presidente Collor.

O STF está contribuindo para destruir o que resta de ética, de moral e do direito, acelerando com isso o processo de desorganização social. O Supremo não pode estar divorciado do povo, não pode decidir pela desintegração e desarmonia, como também, não pode ser à favor de maus políticos. Tenho preocupação, e acredito que todo o Poder Judiciário brasileiro foi atingido.

Ao concluir, apenas resta a pergunta - será que os juízes que votaram pela absolvição do ex-presidente tem compromisso com a sociedade brasileira, com a Câmara de Deputados e com o Senado? Será que eles estão pensando na dignidade da nação brasileira? Ou o escritor Sérgio da Costa Ramos está com a razão, quando na sua coluna do DC de 8/12/93 diz: "O STF despiu a toga e está de tanga".

25 anos depois do AI-5, país ainda busca os "desaparecidos"

Valdir Cachoeira
Folha Sindical

Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

Dia 16 - Quinta-feira

21h15min - Os Amantes do Pont-Neuf

Dia 17 - Sexta-feira

21h15min - Os Amantes do Pont-Neuf

Dia 18 - Sábado

19h45min - Os Amantes do Pont-Neuf

21h30min - Pepi, Luci, Bom

Dia 19 - Domingo

19h45min - Os Amantes do Pont-Neuf

21h30min - Pepi, Luci, Bom

Dia 20 - Segunda-feira

21h15min - Os Amantes do Pont-Neuf

Dia 21 - terça-feira

21h15min - Pepi, Luci, Bom

Dia 22 - quarta-feira

21h15min - Pepi, Luci, Bom

Resenha

Pepi, Luci, Bom - Espanha, 1980

O primeiro longa de Almodóvar é hilariante, inventivo, não devendo nada às suas últimas produções (a não ser o rigor técnico). Almodóvar saúda as mulheres e aqui as três exemplares são tão cheias de vida quanto malucas. Pepi é uma virgem independente que troca esta virgindade para que um policial não a delate por plantar maconha num vaso; Luci é a mulher masoquista deste policial; e Bom, uma cantora de rock da banda El Bomitoni, homo e sádica (troca o rock por bolero). As três, reunidas, saem pela noite de Madri e vivem uma série de situações impagáveis e capazes de corar quem não entrar no ritmo delas. Direção de Pedro Almodóvar. Com Camen Maura, Eva Silva Olvido Gara e Félix Rotacta.

Qualquer alteração na programação é de exclusiva responsabilidade do CIC.

As portas das casas das 144 famílias dos desaparecidos políticos ainda estão abertas - dia e noite - na esperança de que seus parentes entrem a qualquer momento. Durante aproximadamente 30 anos o sono destas pessoas é superficial, enquanto os carrascos e vilões da ditadura militar dormem, ou dormiam, em berço esplêndido o sono dos "justos". Em outras 250 famílias, dos já considerados assassinados, a esperança, por incrível que pareça ainda existe, uma vez que os corpos nunca foram identificados e enterrados com dignidade.

Parece uma página virada da nossa história, uma situação atemporal. Mas neste momento em que o Ato Institucional nº 5, o AI-5, completa 25 anos, quando os escândalos começam a vir à tona envolvendo políticos nos esquemas de corrupção, estes fatos voltam à cena, e com mais força. "Se existe corrupção hoje, ela come-

çou naquela época. Vem de lá a impunidade", disse Suzana Lisboa, viúva de Luiz Eurico Tejera Lisboa, assassinado em 1972 pela ditadura militar.

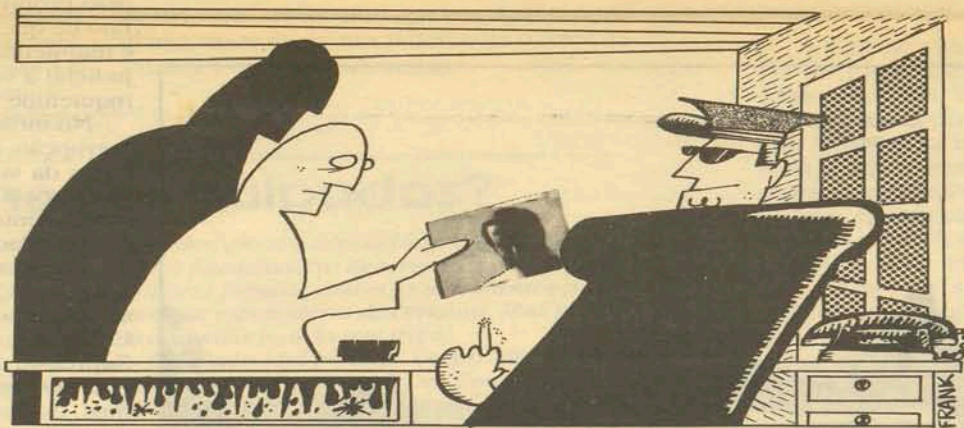
Desde que seu marido foi considerado desaparecido, ela passou a militar no Movimento pela Anistia, e atualmente integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que reclamam informações sobre seus parentes e a punição dos culpados. "Para que a gente possa entrar definitivamente no processo de democracia, eu faço um apelo aos políticos para que resolvam este problema, ao invés de ficarem homenageando os torturadores", afirmou, referindo-se ao presidente Itamar Franco que tem no seu governo e homenageia pessoas que foram ativas no período da repressão.

É visível na face desta mulher as mazelas que estes anos de angústia provocaram. Com o olhar distante em alguns momentos, ela contou como foi sua vida junto com o companheiro assassinado, luta e a esperança de reencontrá-lo

ainda vivo, e a tristeza da verdade encontrada. Suzana promete: "Vou prosseguir nesta luta pela justiça e pela construção de um futuro melhor. Não se pode passar por cima da vida das pessoas e pensar que se está num processo democrático. Estas pessoas morreram para a gente poder chegar aonde está".

Suzana Lisboa esteve em Florianópolis, na quinta-feira passada, lançando o livro Condições Ideais para o Amor - Poemas, Manifestos e Correspondência de um Poeta-Guerrilheiro, uma obra elaborada com o material deixado por seu marido Luiz Eurico. A atividade marcou a passagem do primeiro ano de instalação da Comissão Parlamentar Externa, dirigida pelo deputado estadual Vilson Santin (PT), que busca levantar documentos relacionados com as atividades de militantes políticos de Santa Catarina entre 1964 e 1979.

O aparato repressivo tratou de disseminar a imagem do guerrilheiro rude, cheio de ódio e sem sentimentos. A obra mostra justamente o contrário, como definiu o próprio organizador da compilação Antônio Hohlfeldt, colega de aula de Luiz Eurico. "Eles tinham amor e sonho e estavam inundados de sensibilidade". Condições Ideais para o Amor mostra um ativista apaixonado pela vida, destemido, preocupado com a sua realidade e com os outros, mas tudo permeado de muita sensibilidade e amor. Um exemplo: "Este é um tempo de decisões, o canto certo tem que ser direto e atingir como uma bala de fuzil. A palavra deve ser uma arma sem requintes inúteis de funções evidentes, claramente parcial e partidária para ser contundente, e ser história".



Em SC, "arapongas" continuam em atividade

As atividades dos órgãos de segurança e informação que cumpriram tão bem o seu papel no período da ditadura militar ainda continuam em Santa Catarina. Recentemente o gabinete do deputado estadual Vilson Santin (PT), presidente da Comissão Parlamentar Externa, criada pela Assembleia Legislativa para realizar vistas aos arquivos da Secretaria de Estado da Segurança (de 64 a 79), recebeu novas informações. No dia 8 de agosto, o deputado obteve a ficha do vereador Lázaro Daniel (PT), elaborada pela Diretoria Central de Informações da SSP em 24 de maio de 1993. A ficha solicita maiores investigações sobre as atividades políticas do vereador.

"Isto demonstra que o desrespeito à Constituição foi mantido mesmo após a criação da comissão", afirmou Santin. A comissão foi aprovada e constituída em novembro do ano passado e já nos primeiros dias de dezembro os deputados começaram a examinar as fichas do DCII (Departamento Central de Informações e Informática), quando constataram a existência de

fichas com registro das atividades de pessoas ligadas aos movimentos populares, sindical e estudantil e aos partidos políticos num período que vai até 1992. Entre os "fichados" estão inclusive diretores do Sinergia.

O trabalho da comissão não parou de lá para cá, e o prazo para conclusão foi estendido tendo em vista que as operações da SSP continuam até hoje. Do período de repressão declarada, a comissão encontrou a ficha de Paulo Stuart Wright, deputado cassado em 64, preso e assassinado em 70, cujo corpo nunca foi encontrado.

Na lista dos mortos e desaparecidos desta época constam oito catarinenses: Lucindo Costa (Mafra), João Batista Rita (Criciúma) e Paulo Stuart Wright (Joaçaba) considerados desaparecidos. Luiz Eurico Tejera Lisboa (Porto União), Rui Otto Pfutzenreuter (Orleans), Frederico Eduardo Mair (Timbó) e Vânio José dos Santos Mattos, assassinados e já identificados. Está no IML de Brasília, em fase de identificação, uma ossada encontrada na vala de Perus (SP) provavelmente de Arno Preis (Forquilha - Criciúma).